

AÇÃO AMAERJ

Amaerj promoverá seminários sobre discriminação e direitos da criança



Entre 29 e 30 de junho a Associação vai realizar os eventos “Seminário Nacional Criança Sujeito de Direitos - Um Ano da Lei 13.010/2014 - Menino Bernardo” e “Discriminação Zero”. Para debater os temas, a Amaerj reunirá autoridades, especialistas e personalidades na Emerj, em parceria com o TJ-RJ, a ONU, a Fundação Xuxa Meneghel e a Rede Não Bata Eduque.

Pág. 10

ESPORTE

Juízes do Rio conquistam 35 medalhas nos Jogos Nacionais da Magistratura



Associados da Amaerj venceram os juízes paulistas na final e conquistaram o Ouro pela quarta vez consecutiva

Os associados da Amaerj conquistaram 12 medalhas de ouro, 10 de prata e 13 de bronze nos VII Jogos Nacionais da Magistratura, promovidos pela AMB. O evento propiciou a confraternização de cerca de 500 juízes de todo o país, entre os meses de abril e maio em João Pessoa, na Paraíba.

Pág. 15

AÇÃO AMAERJ

Amaerj consegue aprovação de pleitos para classe

O Órgão Especial do TJ-RJ deferiu, em abril, requerimento da Amaerj estabelecendo o auxílio-transporte para os magistrados. A decisão considera a simetria constitucional existente entre o Ministério Público e a Magistratura. No mesmo mês, foi concedida liminar para que o Estado deposite em juízo o valor do Imposto de Renda cobrado sobre o terço constitucional de férias.

Pág. 09

Associação convoca associados por Fundo de Reserva

A Amaerj disponibilizou mais duas listas com cálculos revistos dos associados que pleitearam a diferença do Fundo de Reserva, para assinar requerimento a ser enviado ao Tribunal de Justiça do Rio. O documento pleiteia ao TJ-RJ a revisão dos cálculos dos valores a serem recebidos.

Pág.09

Magistrados inativos vão atuar nos processos de mediação

O TJ-RJ apresentou a juízes e desembargadores aposentados o projeto de criação de um núcleo de mediação para atuar junto ao 2º grau de jurisdição. A ideia é aliar a experiência dos magistrados com as técnicas de mediação, visando reduzir o acervo processual do Tribunal.

Pág. 06



facebook.com.br / juristor



twitter.com / amaerj

Amaerj inicia visita de escolas públicas ao Juristur

Mais de 20 alunos de escola municipal conheceram a rotina do Judiciário



Além do Museu da Justiça, os estudantes também conheceram o Plenário do TJ-RJ, acompanhados pelo juiz Joel Pereira

Foi realizada, em abril, a abertura para visitas de escolas públicas ao programa “Juristur - Conhecendo o Judiciário”. Primeira de 2015, a Escola Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes, da Ilha do Governador, participou com 23 alunos. O Juristur, onde estudantes conhecem e aprendem um pouco da rotina do Judiciário, é uma parceria da Amaerj com o Tribunal de Justiça, a Secretaria Municipal de Educação, Rio Ônibus e Fetranspor. Conhecimento, interação e arte fazem parte do programa oferecido aos jovens, com coordenação do juiz Joel Pereira dos Santos.

Os estudantes estiveram acompanhados da professora e diretora, Liana Martins Muniz Fernandes dos Santos. Se-

gundo Liana, quando os alunos foram informados da visita, se mostraram muito interessados a respeito das profissões dentro do Judiciário. A visita teve início no dia 31 de março, na escola, quando a secretária do projeto, Priscilla Mantuano, apresentou o projeto falando sobre o Poder Judiciário e entregou duas Cartilhas da Justiça.

Na visita do ensino fundamental, os alunos tiveram a companhia do museólogo e turismólogo Leandro Pontes visitando cada espaço do Museu da Justiça, como o Plenário, o Salão dos Passos Perdidos, o Salão dos Espelhos, o Antigo Gabinete Presidencial e a Biblioteca do Museu. Os alunos encenaram um júri simulado no IV Tribunal do Júri, que teve

como juíza a aluna Samara Velloso, Barbara Sousa como promotora, Caio Luiz Miranda Travassos como réu, e como defensores Isadora Sousa Soares, Isabel Mota, Saiara Melo e Isabelli das Neves.

Segundo o desembargador Siro Darlan, “a Justiça está presente desde o nascimento até a morte do cidadão, por isso o futuro da sociedade está nas mãos dos jovens, esses terão que ter consciência de que a manutenção da sociedade depende deles”.

O juiz e coordenador do projeto Joel Pereira mostrou aos alunos que eles devem aproveitar as oportunidades que chegam até eles. “Se vocês derem prioridades aos estudos, sem cometer desvios na vida, irão consolidar a fé e o empenho de vocês e todos os sonhos serão realizados. Esperamos que, após o projeto, vocês encarem a vida com mais seriedade e mais força de vontade para conseguirem um futuro bom, independente da classe social”.

A aluna Samara Velloso disse que o projeto acrescentou nos sonhos dela, que já tem a vontade de seguir na carreira de juíza. “Hoje vou focar mais nos meus estudos para realizar o sonho de estar aqui novamente, mas agora como juíza. Irei indicar para mais alunos da escola o projeto Juristur”. A Amaerj ofereceu um lanche aos alunos no final da visita e a Rio Ônibus disponibilizou o transporte para os estudantes.

EXPEDIENTE



Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro

Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar
Centro - Rio de Janeiro - 20010-090
Tel.: (21) 3861-1130/1116/1112
boletim@amaerj.org.br
www.amaerj.org.br

Editor: Diego Carvalho (MTB 34231)
Redação: Ana Paula Ribeiro e Catherine Quarterole

Editora JC
Telefax: (21) 2240-0429
editorajc@editorajc.com.br
CTP, impressão e acabamento: Gráfica Mcc

AMAERJ NOTÍCIAS é um informativo mensal da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. É permitida a reprodução parcial ou total das matérias, desde que citada a fonte.

Tiradentes é ‘desenforcado’ no Tribunal de Justiça do Rio

Espetáculo teve participação de magistrados e do ator Milton Gonçalves



Luiz Fernando de Carvalho, Jorge Vacite Filho, Cláudio dell’Orto, Milton Gonçalves, Cristina Gaulia e Tício Lins e Silva

A história não pode ser modificada, mas a arte cumpriu seu papel de refletir e provocar a sociedade atual, encenando o destino simbólico de um herói nacional. No feriado do Mártir da Independência, o TJ-RJ ‘desenforcou’ e ‘desesquartejou’ Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. O espetáculo “O Desenforcamento do Tiradentes: Justiça ainda que tardia” foi apresentado no Salão Histórico do 1º Tribunal do Júri, no Antigo Palácio da Justiça, e contou com a participação dos desembargadores Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Cláudio dell’Orto, Cristina Gaulia e Siro Darlan.

A peça encenou um novo julgamento do Tiradentes, vivido pelo ator Milton Gonçalves, condenado à morte em 1792 pelo crime de lesa-majestade. Ao final do espetáculo, o ator não escondeu a emoção por ter interpretado o herói nacional, agora com um final feliz. “Eu não paro de chorar. Foi uma emoção única viver esse momento e esse herói nacional. Eu carrego um enorme orgulho de ser brasileiro, de ser um apaixonado pela democracia”, disse Milton.

O presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, atuou na peça e fez a leitura da decisão dos jurados. Para o magistrado, o desenforcamento surge num momento im-

portante para o País. “A população está carente de heróis de verdade. São muitos escândalos que deixam a sociedade com baixa autoestima, que constroem a todos. É importante que a população resgate a história do Tiradentes”, afirmou.

O idealizador do ‘desenforcamento’ foi o diretor-geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento, Joel Rufino dos Santos. Nos papéis de acusação e defesa, os criminalistas Jorge Vacite Filho e Tício Lins e Silva, respectivamente, duelaram para selar o destino do alferes de Minas Gerais. No entanto, todos sabiam que o final seria feliz. O texto de Ricardo Leite Lopes foi uma adaptação dos Autos da Devasa, processo judicial movido pela Coroa Portuguesa contra Tiradentes e os demais incondentes.

O corpo de jurados entendeu por unanimidade que o alferes deveria ser absolvido. “Hoje podemos homenagear Tiradentes, tratá-lo como herói, na esperança de estarmos fazendo justiça. Justiça ainda que tardia. Mas isso é apenas um consolo, para que tenhamos uma consciência tranquila e a ilusão de que em nossa sociedade altamente civilizada, a justiça sempre triunfa”, diz um trecho da peça. A fala é do juiz, interpretado pelo desembargador Cláudio dell’Orto.

Mais de 250 pessoas assistiram à peça, que foi retransmitida em dois telões instalados no Antigo Palácio da Justiça. O espetáculo foi organizado pelo Centro Cultural do Poder Judiciário (CCPJ-Rio). A direção foi de Silvia Monte. A desembargadora Cristina Gaulia fez o papel da Liberdade (narradora da peça); os atores Antonio Alves e Eduardo Diaz interpretaram, respectivamente Joaquim Silvério dos Reis, que delatou o movimento dos incondentes, e um oficial de Justiça.

Nomes importantes do Poder Judiciário não só estiveram presentes, como também participaram do ‘desenforcamento’. Foi o caso do desembargador Siro Darlan, um dos jurados no plenário. Para o magistrado, o ato é bastante simbólico. “É importante conhecer a história e o seu outro lado, mostrar que nós da Justiça nem sempre acertamos. Nós condenamos Tiradentes e continuamos a condenar muita gente inocente. Que esse desenforcamento seja também o desenforcamento de todos aqueles que sofreram algum tipo de injustiça”, falou o desembargador.

Cortejo reúne 600 pessoas

Caía a tarde no Largo da Carioca, quando os cerca de 600 foliões quebraram o silêncio do feriado nacional de 21 de abril, em plena Avenida Rio Branco, no Centro da cidade do Rio de Janeiro. O cortejo que simbolicamente desenforcou o Tiradentes foi uma espécie de grito de carnaval pela cidadania, que atraiu pessoas de todos os tipos e todos os cantos da cidade. O cortejo seguiu até a Praça Tiradentes, passando pelas ruas da Assembleia e da Carioca.

Com a família, o desembargador Fernando Foch, presidente do Fórum Permanente de Liberdade de Expressão, estava emocionado com o cortejo. “Essa festa não tem precedentes na história do Judiciário brasileiro. O Tribunal veio para a rua, abraçou o povo e também foi abraçado. Foi um grande espetáculo de manifestação cívica”, afirmou Foch.

Desembargadores recebem homenagens no Tribunal

Antes da aposentadoria compulsória, magistrados foram condecorados

O Tribunal de Justiça do Rio homenageou, em abril, os desembargadores Ademir Pimentel, Nanci Mahfuz e Valmir de Oliveira Silva. Os magistrados receberam a Medalha de Honra da Magistratura Fluminense das mãos do presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho.

Aplausos de pé do público presente marcaram a homenagem de despedida do desembargador Ademir Pimentel, que participou, em 27 de abril, da sua última sessão no Órgão Especial do TJ-RJ. Em nome do TJ-RJ, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz, elogiou a atuação do magistrado, a quem atribuiu ter personalidade e caráter firme. “Ele colheu reconhecimento pelo trabalho prestado e a admiração de todos. Seja feliz, Ademir!”, afirmou.

Em sua despedida, o desembargador, na presença de seus familiares, agradeceu aos colegas magistrados, aos membros do Ministério Público e da Defen-

soria Pública, aos seus assessores e a toda a equipe do TJ-RJ, incluindo diretores, garçons e responsáveis pela limpeza, dando destaque à gratidão a Deus. “Este momento não é só de despedida, mas de louvor e agradecimento a Deus. Vou sentir saudade e tenho um profundo respeito pelo nosso tribunal”, completou.

No dia seguinte, os homenageados foram os desembargadores Nanci Mahfuz e Valmir de Oliveira Silva.

“Passei muitos anos na 12ª Câmara Cível e vivenciei a partida de muitos colegas. Hoje, na minha despedida, saio com um sentimento de muita saudade, principalmente, pela convivência que temos aqui, mesmo com todas as naturais divergências. Sinto orgulho de ter trabalhado com colegas que, mesmo discordando, sempre respeitaram o ponto de vista dos outros”, disse a desembargadora Nanci Mahfuz, sob forte emoção.

Em um discurso emocionado, o desembargador Valmir de Oliveira Silva declarou que não queria deixar a magis-



Desembargadora Nanci Mahfuz recebe a homenagem do presidente do TJ-RJ

tratura, mas se aposenta com a sensação de dever cumprido: “Sempre procurei acertar, embora possa ter errado algumas vezes”. Lembrando os anos em que esteve no TJ-RJ, citou Martin Luther King Jr., dizendo que “a verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio”.

Tribunal de Justiça do Rio tem novos desembargadores

Magistrados tomaram posse entre março e abril, no Órgão Especial

Os magistrados Sergio Nogueira de Azeredo e José Acir Lessa Giordani tomaram posse como desembargadores do TJ-RJ, respectivamente, nos dias 30 de março e 27 de abril, em cerimônias realizadas no Órgão Especial do Tribunal.

Eleito para vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público, Sergio Nogueira era promotor de justiça. Em um emocionado discurso, o desembargador agradeceu pela confiança nele depositada e se comprometeu a honrar o novo cargo “com a mesma dedicação, seriedade e comprometimento dos últimos 20 anos de Ministério Público” e a assegurar os direitos e liberdades individuais, visando “uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”.

Promovido com unanimidade, José Acir assumiu, por antiguidade, a vaga decorrente da aposentadoria da desembargadora Letícia Sardas. Em seu discurso, o empossado disse que deseja exercer com humildade a atividade jurisdicional, e que levará para o novo cargo a experiência que adquiriu na 1ª instância. “O juiz de primeiro grau é o que está mais próximo do fato social que julga, e isso é de uma relevância muito grande”, disse o desembargador.



Magistrado de carreira, José Acir Lessa Giordani toma posse no Órgão Especial

O presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, lembrou que José Acir buscou agir com simplicidade, desde o começo da trajetória jurídica até chegar ao Tribunal, e que o novo colega é conhecido, também, pelo bom humor. “Eu desafio quem tenha visto o desembargador José Acir com uma expressão mais severa”, destacou o magistrado.

Tribunal realiza promoção e remoção de 37 juízes

Preenchimento das vagas utilizou critérios de antiguidade e merecimento



Presidente do TJ-RJ empossa juizes promovidos e removidos

O Tribunal de Justiça do Rio realizou, em 30 de abril, a promoção e remoção de 37 juízes para diferentes Varas e Juizados nas Comarcas da Capital e do Interior. Os critérios de merecimento e antiguidade foram utilizados no preenchimento das vagas. O presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, saudou os colegas e destacou que o magistrado deve empregar um olhar que garanta os direitos e liberdades fundamentais.

“O juiz deve sempre olhar para os dramas da face humana que cada processo esconde, e o TJ-RJ procura valorizar o lado humano da magistratura. Vocês que estão aqui hoje professam

os valores mais caros que devem nortear a atividade jurisdicional. Sem humanismo, o burocrata de toga corre o risco de substituir o juiz”, afirmou o presidente.

Foram removidos os juízes Paulo José Cabana de Queiroz Andrade, Rose Marie Pimentel Martins, Leila Santos Lopes, Grace Mussalem Calil, Clarice da Matta e Fortes, Felipe Pinelli Pedalino Costa, Marcelo Chaves Espindola, Maria Cecilia Pinto Gonçalves, Daniela Bandeira de Freitas, Debora Maria Barbosa Sarmento, Glória Heloiza Lima da Silva, Alexandre Abrahão Dias Teixeira, Marcus da Costa Ferreira, Luiz Eduardo de Castro Neves, Claudia Garcia Couto Mari, Mabel Christina Castrioto Meira de Vasconcellos, Lorena Paola Nunes Boccia, Beatriz de Oliveira Monteiro Marques, Tereza Cristina Mariano Rebas Mari Saidler, Gisele Gonçalves Dias, Denise Ferrari Maeda Bayeuy, Flávia Beatriz Borges Bastos de Oliveira, Luciana Estiges Toledo e Felipe Carvalho da Silva.

Foram promovidos os seguintes juízes: Antonio Aurélio Abi Ramia Duarte, Ricardo de Mattos Pereira, Thiago Gondin de Almeida Oliveira, Caio Luiz Rodrigues Romo, Gustavo Quintanilha Telles de Menezes, Belmiro Fontoura Ferreira Gonçalves, Anelise de Faria Martorell Duarte, Juliane Mosso Beyruth de Freitas Guimarães, Enrico Carrano, Janaina Pereira Pomposelli, Aylton Cardoso Vasconcellos, Tatiana Schettino Pereira Nunes, Gustavo Henrique Nascimento Silva.

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-RJ empossa novos membros e juízes

Cerimônias de posse foram realizadas em abril



Marco José Couto toma posse como novo corregedor regional eleitoral

O desembargador eleitoral Marco José Mattos Couto tomou posse, em 6 de abril, como corregedor regional eleitoral do Rio de Janeiro, sucedendo o desembargador eleitoral Fábio Montenegro. Na mesma sessão solene, também foram empossadas as magistradas Maria Paula Gouvêa Galhardo e Alessandra Bilac Pinto, que assumiram as vagas de membros substitutos do Colegiado do TRE-RJ, na classe de juiz de direito.

Ao lembrar a responsabilidade do cargo de corregedor, o presidente do TRE-RJ, desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos, afirmou sua confiança no desembargador eleitoral Marco Couto. “A Corregedoria é o coração do tribunal. Mesmo jovem, Vossa Excelência tem experiência para exercer a função com brilhantismo”, disse.

Em 13 de abril, foi realizada a cerimônia de posse do desembargador eleitoral Leonardo Grandmasson Ferreira Chaves, como membro titular do TRE na classe de juiz de direito, e de 88 novos juízes eleitorais do interior e da capital. Com mandato de dois anos, os magistrados vão comandar os preparativos das eleições municipais de 2016.

O desembargador Edson de Vasconcelos também destacou a trajetória profissional e a simplicidade do novo desembargador eleitoral, que é titular da 8ª Vara da Fazenda Pública, além de lecionar técnicas de sentença na Emerj. No discurso de posse, Leonardo Grandmasson disse estar ciente das novas responsabilidades como membro titular do Plenário do TRE-RJ. “Estou pronto para desempenhar com dedicação o encargo que me foi confiado”, agradeceu.

Magistrados aposentados do TJ-RJ vão atuar nos processos de mediação

Objetivo é aproveitar experiência dos juízes a fim de reduzir o acervo processual

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Rio promoveu, em 7 de abril, encontro com juízes e desembargadores aposentados para apresentar o projeto de criação de um núcleo de mediação para atuar junto ao 2º grau de jurisdição. A ideia é aliar a experiência desses magistrados com as técnicas de mediação, com o objetivo de reduzir o acervo processual do tribunal.

“O trabalho desse núcleo, formado pelos magistrados aposentados, é resolver as demandas de grande impacto passíveis de mediação, que requerem muito tempo de análise. São questões que, às vezes, são muito repetidas, envolvendo uma única empresa. Então pode se dar a mediação através dessa empresa e dos beneficiários da negociação”, explicou o presidente do Nupemec, desembargador Cesar Cury. Para o magistrado, é preciso criar um novo entendimento, tanto das empresas, quanto dos cidadãos com processos nas câmaras cíveis e do consumidor do 2º grau em relação às novas possibilidades de solução dos conflitos, através da conciliação.

Trabalhando há quatro anos na conciliação, a juíza aposentada do TJ-RJ Marcia Calainho explicou que os magistrados que atuarem no núcleo passarão por um trabalho de capacitação, ministrado pelo Centro Superior de Estudos da Mediação do TJ-RJ. “Os magistrados apo-



Projeto do núcleo de mediação foi apresentado aos magistrados aposentados em abril

sentados já trabalharam com essas questões por muitos anos, nas mesas de audiências, compondo, auxiliando as partes e tentando encontrar a melhor solução para os conflitos. Eles têm toda uma formação que já é própria da sua atividade de magistrado. Essa experiência, aliada a uma técnica específica de mediação, que vai ser adquirida no curso de capacitação, vai contribuir para reduzir as demandas e desafogar, um pouco, o Poder Judiciário, mediando aquelas questões que podem ser analisadas por esse instrumento”.

Reunião para apresentar demandas

Os magistrados aposentados tiveram a oportunidade de participar, em 29 de abril, da primeira reunião da comissão criada para analisar e intermediar as demandas do grupo. A Comissão de Magistrados Aposentados e Pensionistas (Comap) foi instituída pelo presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, numa iniciati-

va que tem sido considerada inédita no Poder Judiciário nacional. A Comap prestará assessoria e apoio à Presidência do TJ-RJ, com as atribuições de coordenar projetos e encaminhar propostas de interesse específico de magistrados aposentados e seus pensionistas; incentivar a participação deles nas atividades desenvolvidas pelo tribunal, além executar programas socioculturais.

Segundo o presidente do TJ-RJ, a ideia surgiu diante da constatação de que não havia no tribunal nenhum órgão para intermediar os pleitos dos aposentados e pensionistas. Presidida pelo desembargador Índio Brasileiro Rocha, a Comap é composta ainda pelos desembargadores José Carlos de Figueiredo, Mário dos Santos Paulo, Roberto Luis Felinto de Oliveira e a juíza Cristina Mary Moura Ribeiro. A comissão funcionará na sala 1002, no 10º andar da Lâmina 2 do Fórum Central, telefone 3133-2153.

Tribunal assina Pacto de Mediação

O TJ-RJ, o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) e o Internacional Institute for Conflict & Prevention and Resolution (CPR Institute) assinaram, em 27 de abril, na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), um acordo que privilegia a resolução consensual de conflitos em vez da judicialização das causas. O Tribunal do Rio foi o primeiro do país a aderir ao Pacto de Media-

ção. Com isso, os operadores das mais variadas áreas da atividade econômica, assim como os formadores de políticas públicas, assumem o compromisso de adotar práticas alinhadas aos métodos consensuais de solução de controvérsias, tais como a conciliação e a mediação, com o intuito de aperfeiçoar constantemente os processos de gestão e resolução de disputas, de maneira colaborativa, eficiente e sustentável. “Isso é muito

importante porque desafoga o trabalho do Judiciário, que está hoje assoberbado com várias demandas repetitivas. A solução que se vislumbra é sairmos da judicialização, que representa um tempo passado, para um tempo novo da mediação, da arbitragem, da conciliação. Isso é o que esperamos”, destacou a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz, que representou o TJ-RJ na assinatura do Pacto.

Presidente do TJ-RJ ouve reivindicações de juízes da Baixada Fluminense

Amaerj Duque de Caxias participou do encontro, que reuniu cerca de 70 juízes



Cerca de 70 juízes participaram do encontro com o presidente do TJ-RJ

Em sua segunda visita a um núcleo regional do Poder Judiciário fluminense, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, abriu diálogo com juízes e servidores do 4º NUR, um dos maiores do estado, com 13 comarcas na Região Metropolitana do Rio. A comitiva do Tribunal foi recebida, em 17 de abril, pela diretora do Fórum de Duque de Caxias e integrante da Diretoria da Amaerj, juíza Mafalda Lucchese, e pelo juiz dirigente do Núcleo, Alberto Republicano de Macedo Júnior. O encontro, que teve a participação da Regional da Amaerj de Duque de Caxias, reuniu cerca de 70 juízes.

A comitiva da presidência foi formada pela corregedora-geral, desembargadora Maria Augusta Vaz; pelos desembargadores José Carlos Maldonado (Comissão de Segurança) e Ricardo Cardozo (Comissão de Apoio à Qualidade dos Servi-

ços Judiciários, Comaq); pelos juízes Luiz Márcio Alves Pereira e João Luiz Ferraz de Oliveira Lima; e pelos diretores-gerais Gabriel Albuquerque (Gestão de Pessoal), Nilton Benevides (Engenharia) e Francisco Matias (Segurança Institucional).

Prioridades da Gestão

Em reunião com cerca de 70 juízes que atuam em comarcas do 4º NUR, o presidente do Tribunal de Justiça voltou a destacar as prioridades de sua gestão: valorização da primeira instância, recuperação salarial dos servidores e ampliação do diálogo com a sociedade, por meio dos meios de comunicação. O desembargador Luiz Fernando lembrou aos magistrados a importância de um bom relacionamento com as mídias impressa e eletrônica, com o objetivo de buscar a transparência no Poder Judiciário.

“A comunicação é uma das metas da nossa gestão, com o objetivo de darmos

maior oxigenação ao Poder Judiciário fluminense. Quando um juiz se recusa a falar com a imprensa, ela diz o que quer e isso acaba valendo como verdade”, observou o desembargador Luiz Fernando, que foi pioneiro no Tribunal de Justiça do Estado na criação da Comissão Mista de Comunicação Institucional, que visa à busca permanente do diálogo com a sociedade por meio da mídia.

Valorização

Em reunião com cerca de 100 servidores que atuam em comarcas do 4º NUR, o presidente do Tribunal de Justiça reforçou a ideia de que é preciso buscar a valorização do servidor, devolvendo-lhe o orgulho de trabalhar no Poder Judiciário fluminense, que tem sido prejudicado pelas dificuldades salariais e de condições de trabalho. “Um dos caminhos para se trabalhar o resgate da autoestima dos servidores está numa palavra simples, que é respeito”, afirmou o presidente, em entrevista ao site do Tribunal.

Tanto juízes como servidores do 4º NUR aplaudiram a iniciativa da administração superior do Tribunal de realizar a visita ao Fórum de Caxias. Um dos servidores, Elair Bissoli, que integrou a mesa, elogiou o interesse da administração em manter o diálogo com servidores e magistrados, acrescentando a necessidade do atendimento às reivindicações consideradas importantes, como a informatização das varas e o aumento do número de servidores.

CURTAS

Comissão do TJ-RJ irá propor ações de sustentabilidade

Com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade na gestão judiciária, o Tribunal de Justiça do Rio indicou os membros que irão compor a Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (Cosus), a ser presidida pelo desembargador Jessé Torres Pereira Júnior. Como membros, foram nome-

adas as juízas Maria Teresa Pontes Gazineu e Admara Falante Schneider. A comissão terá, entre as suas atribuições, propor medidas e emitir pareceres em relação ao uso racional de recursos naturais e dos bens públicos empenhados na execução das atividades judiciárias; a gestão adequada de resíduos sólidos, de serviço, de saúde e de construção civil,

efluentes e emissões, gerados nas atividades do Judiciário fluminense. Além disso, será também responsável pela educação, comunicação e sensibilização de magistrados, servidores, colaboradores e público externo, em matéria de sustentabilidade, saúde, segurança e acessibilidade, que proporcionem qualidade de vida no ambiente do TJ-RJ.

4º Prêmio Juíza Patrícia Acioli tem datas definidas

Prazo para inscrições começa em 10 de agosto e termina em 29 de outubro

A cerimônia de abertura do 4º Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos acontecerá em 10 de agosto, no auditório da Emerj. A premiação será realizada em 16 de novembro. Neste ano, o tema será “Construindo Cidadania” e as categorias são “Práticas Humanísticas”, “Trabalhos Acadêmicos” e “Reportagens Jornalísticas”.

Compõem o Conselho Deliberativo do Prêmio os juízes Rossidéllo Lopes, Ana Beatriz Estrella, Cláudia Motta, Lysia Mesquita Figueira, Mafalda Lucchese, Paulo Roberto Corrêa e Raquel de Oliveira.

Em 2014, a cerimônia de premiação reuniu mais 2 mil pessoas no Theatro Municipal, dentre autoridades dos Três Poderes,

empresários, jornalistas, professores, estudantes e representantes de movimentos sociais. O evento foi noticiado por mais de 50 veículos de imprensa.

Prêmio

Criado em 2012, pela Amaerj, com o apoio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos homenageia a magistrada da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, assassinada em Piratininga, Niterói, em agosto de 2011, e enfatiza as causas humanistas. O Prêmio tem um caráter plural. É aberto à sociedade, estudantes e profissionais de todas as áreas, sem restrições.

Prefeito de Niterói anuncia Memorial Juíza Patrícia Acioli

Decisão foi tomada em encontro com presidente da Amaerj e família da magistrada

Acompanhado de familiares da juíza Patrícia Acioli, o presidente da Amaerj, Rossidéllo Lopes, se reuniu com o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves. No encontro, realizado no dia 15 de abril, o magistrado apresentou oficialmente o 4º Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos, que será lançado no dia 10 de agosto. Na ocasião, também ficou decidida a criação de um memorial em homenagem à magistrada, na Praia de Icaraí.

Segundo o prefeito, a previsão é que o espaço seja inaugurado em agosto. Ele disse que será um pequeno jardim próximo da árvore onde já existe uma placa de ferro e que será de bronze. “O memorial será uma singela homenagem e ao mesmo tempo um registro de um fato que ocorreu há quatro anos. É um reconhecimento da luta por justiça, contra a impunidade e para que fatos como esse nunca mais ocorram no Estado, porque os magistrados e a justiça são parte da esperança da sociedade, uma sociedade civilizada e democrática. O que ocorreu foi inaceitável. Acolhemos esse projeto que será feito pela Secretaria de Urbanismo”, disse.



Rossidéllo Lopes, Rodrigo Neves, Wilson Chagas, Mike Chagas e Maria Eduarda Acioli participaram da reunião

O presidente da Amaerj falou sobre a importância do diálogo entre os três poderes e disse que a figura de Patrícia Acioli representa um símbolo de uma pessoa que trabalhava para melhorar o Estado do Rio de Janeiro.

Segundo o ex-marido da juíza, Wilson Chagas, a homenagem será uma forma de manter viva a história de Patrícia Acioli.

Amaerj Niterói inaugura galeria e homenageia desembargador Luiz Fernando

A 1ª Seção Regional da Amaerj, em Niterói, inaugurou a Galeria de Ex-Presidentes, no dia 10 de abril. Na ocasião, o juiz Fabiano Reis, presidente da Regional, também homenageou com uma placa o presidente do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho. O encontro reuniu os magistrados do 2º Núcleo Regional de Niterói (2º NUR). Também compuseram a mesa os juízes Almir de Carvalho, dirigente do 2º NUR de Niterói; e Alexandre Scisínio, da 9ª Vara Cível da Comarca; além dos desembargadores João Ziraldo e Ricardo Cardoso.



Presidente do TJ-RJ foi homenageado pela Regional da Associação

Fundo de Reserva: Amaerj disponibiliza mais listas de cálculos revistos

Cerca de 150 magistrados já foram chamados para assinatura do requerimento

Já estão disponíveis mais duas listas com 43 cálculos revistos dos associados que pleitearam a diferença do Fundo de Reserva. Os magistrados listados devem entrar em contato com a gerente administrativa da Associação, Kátia Cavalcanti (3133-4167 / 2533-1345).

A Associação reivindica que a restituição dos valores seja feita considerando a incidência dos expurgos inflacioná-

rios e dos juros referentes ao início da data de contribuição de cada magistrado. A consultoria sobre a revisão dos cálculos está sendo feita de forma graciosa pelo escritório Gouvêa Sociedade de Advogados. A Associação já divulgou cinco listas, contemplando cerca de 150 magistrados. Todas elas podem ser consultadas através do site: <http://goo.gl/6P81TU>.

Lista dos associados convocados

Alexandre Chini Neto, Antonio Augusto de Toledo Gaspar, Antonio Carlos Nascimento Amado, Antonio Evio de Souza, Asclepiades Eudoxio Rodrigues, Carlos José Martins Gomes, Cezar Augusto Rodrigues Costa, Claudia Nascimento Vieira, Cristina Mary Moura Ribeiro, Fernando Antonio de Souza e Silva, Fernando Marques Campos Cabral, Humberto de Medonça Manes, Índio Brasileiro Rocha, Jayro dos Santos

Ferreira, José Alfredo Soares Savedra, José Carlos Barbosa Neto, José Veillard Reis, Katia Crisina Nascentes Torres, Lecilia Ferreira Lemmert, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Maria Cristina Barros Gutierrez Slaibi, Mauro Nicolau Junior, Thiago Ribas, Ulysses Monteiro Ferreira, Valdir Pietre, Wilson Santiago Mesquita de Mello.

Adriana Sucena, Alberto Pontes Garcia Junior, Antonio Eduardo Ferreira

Duarte, Beatriz Prestes Pantoja, Cristiane Lapage Laranjeira, Daniela Ferro Affonso Rodrigues Alves, Erica de Paula Rodrigues da Cunha, Fabiano Martins Manzini, Helena Goldenzon Bekhor, Jorge Luiz Habib, Leise Rodrigues de Lima Espírito Santo, Leony Maria Grivet Pinho, Maria Christina Berardo Rucker, Maria Teresa Pontes Gazineu, Maria Zelia Procopio da Silva, Miguel Angelo Barros, Milton Fernandes de Souza.

Órgão Especial defere requerimento da Amaerj

Tribunal aprovou auxílio-transporte para magistrados

O requerimento da Amaerj (nº 2014-0126260) foi aprovado na sessão de 27 de abril do Órgão Especial, estabelecendo o auxílio-transporte para os magistrados do estado do Rio de Janeiro. A decisão considera a simetria constitucional existente entre o Ministério Público e a Magistratura. Pleiteado pela Associação em agosto de 2014, o auxílio-transporte é uma reivindicação da classe e foi aprovado graças à agilidade da Comissão de Legislação e Normas (Colen). O Órgão Especial também aprovou a conversão da licença plantão em pecúnia e novo encaminhamento do auxílio-educação para a Alerj.

Auxílio-transporte

De acordo com o presidente da Colen, desembargador Marcelo Buhatem, o valor deverá ser regulamentado pelo presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, que provavelmente será idêntico ao já recebido pelos membros do MP. “A legislação que trata da simetria é o artigo 3º da Lei 6649/2013. Com base nesta legislação, iniciamos o processo visando a concessão pelo Órgão Especial

dessa matéria. Portanto, a concessão da ajuda de custo para transporte tem fundamento legal”, afirmou o magistrado.

Conversão da licença plantão em pecúnia

Aprovado por unanimidade, a decisão prevê a possibilidade do magistrado, que tenha licença plantão em período igual ou superior a dez dias, pedir a conversão em pecúnia, através de requerimento próprio. Segundo o desembargador Marcelo Buhatem, também foi autorizado o pagamento retroativo, por período que será determinado na regulamentação. “A regra se compatibiliza com inúmeras decisões do Supremo, do STJ e do Tribunal, que permite a conversão das férias e da licença prêmio em pecúnia”.

Auxílio-Educação

O presidente da Colen afirmou que o Órgão Especial aprovou modificações no texto original para se adequar mais a realidade que vive a economia do país. “Mas essa alteração garante o direito ao auxílio-educação. Alterou-se muito pouco o que já estava em tramitação”, disse Marcelo Buhatem.

| CURTAS |

Amaerj consegue liminar para depósito judicial do IR sobre terço constitucional

A 11ª Vara de Fazenda Pública do TJ-RJ deferiu o pedido da Amaerj e concedeu liminar para que o Estado deposite em juízo o valor do Imposto de Renda cobrado sobre o terço constitucional de férias. A Associação acompanhará

o cumprimento da decisão. A ação foi distribuída em dezembro de 2014, após a adesão de centenas de magistrados. A proposta surgiu a partir do resultado de enquête divulgada no site da Associação, que teve maioria (97% dos votos) a favor da medida.

Amaerj promoverá seminários em junho

Eventos terão como tema Lei Menino Bernardo e Discriminação



A Amaerj reunirá, entre 29 e 30 de junho, autoridades, especialistas e personalidades para debater a Lei Menino Bernardo e a Discriminação. Além de magistrados, participarão dos eventos a autora Glória Perez e a apresentadora Xuxa Meneghel.

No dia 29, a Associação vai realizar o “Seminário Nacional Criança Sujeito de Direitos - Um Ano da Lei 13.010/2014 - Menino Bernardo”. O evento, realizado em parceria com o TJ-RJ, a Fundação Xuxa Meneghel, a Rede Não Bata Eduque, a Emerj e a Masan, acontecerá no Plenário do TJ-RJ, de 10h às 17h. O seminário terá a participação dos presidentes da Amaerj, Rossidélvio Lopes, e do TJ-RJ, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, do coordenador das Varas da Infância e Juventude, Siro Darlan, da apresentadora Xuxa Meneghel e de

representantes da Unicef, do Ministério Público e da OAB.

No evento, será discutido o primeiro aniversário da Lei, a importância do direito à convivência familiar e comunitária, o desenvolvimento de ações preventivas à violência doméstica contra crianças e adolescente, os mitos em torno da lei e a apresentação de boas práticas voltadas para as famílias com o objetivo de interromper o ciclo de violência.

De acordo com a Lei Menino Bernardo, a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas

ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. O nome da Lei homenageia Bernardo Boldrini, morto aos 11 anos, em 2014, no Rio Grande do Sul.

No dia 30, será realizado, no mesmo local, o seminário “Discriminação Zero”, às 14 horas. O seminário é uma parceria da Amaerj e do TJ-RJ com a Organização das Nações Unidas (ONU), através da UNAIDS, e apoio do Governo Federal, do Ministério da Saúde, da UERJ, da UVA e da Masan. O intuito do evento é celebrar o direito de todos a uma vida com dignidade, sem importar a origem, orientação sexual, identidade de gênero ou raça. A Associação, junto com a sociedade, luta contra todos os tipos de preconceitos, pois todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

A palestra inicial abordará o tema “Diga não à Discriminação – Enfoque Jurídico Social e Cultural”, com a participação da desembargadora Ivone Caetano, e das juízas Ana Beatriz Estrella, Adriana Ramos de Mello e Keila Blank de Cnop. Em seguida, acontecerá a palestra “Discriminação e Cidadania: Saúde, Educação, Discriminação de Gênero”, com Lucinha Araújo, fundadora da Sociedade Viva Cazuzá; Cláudio Nascimento, coordenador do Programa Estadual Rio Sem Homofobia; Georgiana Braga Orillard, coordenadora do UNAIDS no Brasil; e Carlos Tufveson, coordenador especial da Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio.

Ambos os seminários acontecerão no Tribunal Pleno do TJ-RJ, que fica na Rua Dom Manuel, s/nº - 10º andar, no Centro do Rio de Janeiro.

| CURTAS |

Amaerj indicará juízes para reuniões entre TJ-RJ e deputados

O desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, permitiu que representantes da Amaerj participem

de reuniões com membros do TJ-RJ e da Alerj que abordem projetos de interesse da magistratura. A Associação indicará os magistrados à medida que ocorrerem os encontros.

Juízes participam de Justiça Itinerante e Ação Global

Magistrados levaram prestação jurisdicional a Bonsucesso e Rio das Ostras

Em 8 de abril, os moradores do Complexo da Maré, em Bonsucesso, receberam a visita do projeto Justiça Itinerante, do TJ-RJ. Os juízes André Souza Brito, Lysia Maria Mesquita Amaral Figueira, Paula Regina Adorno Cossa e Paulo Roberto Corrêa ofereceram o registro tardio de nascimento, retificação de registro civil de nascimento, conversão de união estável em casamento e divórcio a moradores que buscaram o projeto.

A ação social no Complexo da Maré é resultado de uma parceria entre o TJ-RJ e o Exército. Com intervalo de 15 dias, o projeto tem o ônibus estacionado em um ponto da comunidade. Desde novembro de 2014, quando o projeto começou na Maré, foram atendidos os moradores da Vila Pinheiro, Roquete Pinto, Nova Holanda, Vila do João e Baixa do Sapateiro. O evento foi realizado pela sétima vez na comunidade, em que já foram realizados mais de 6.561 atendimentos.

Em 12 de abril, o TJ-RJ participou da Ação Global em Rio das Ostras, na Região dos Lagos. Mais de 21 mil pessoas compareceram ao evento, que ofereceu serviços nas áreas de registro civil, família e infância, juventude e idoso. Participaram os juízes Raquel de Oliveira, Jane Carneiro Silva de Amorim, Maria Clacir Schuman, Flavia Justus, Glória Heloísa Lima da Silva, Aylton Cardoso Vascon-



Juiz André Souza Brito prestando serviços aos moradores do Complexo da Maré

cellos, Luciana Cesário de Mello Novais, André Souza Brito, Silvana da Silva Antunes e Anna Caroline Licasalio da Costa.

Das 8h às 16h, foram registrados 52.389 atendimentos na estrutura montada no Parque da Cidade. Serviços como regularização do registro civil, convalidação de união estável em casamento e divórcios consensuais foram disponibilizados pelo TJ-RJ durante o evento. Para Izaura Guarini (74), foi um alívio tirar uma nova certidão de casamento. “Minha certidão de casamento já estava sem validade e estragou toda. Ficou velha demais igual a mim, que tenho 74 anos. O meu marido faleceu, preciso da certidão para conseguir receber a minha pensão e tirar meus outros documentos de identi-

ficação também. Fico feliz de poder tirar e não preciso mais me preocupar com isso”, afirmou Izaura.

O projeto Justiça Itinerante consiste em levar o Poder Judiciário até o cidadão, expandindo a prestação jurisdicional em municípios em que ainda não constituída ou instalada a comarca, ou em comunidades distantes do fórum da comarca-sede, ou, ainda, em comarcas de grande densidade demográfica. A Ação Global é uma realização da Rede Globo em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). A participação do TJ-RJ é feita por meio do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (Deape).

Magistrados convertem 600 uniões estáveis em casamento

Nove juízes participaram dos eventos, realizados em São Gonçalo e Magé

Em abril, sete juízes participaram do projeto Casamento Comunitário, no Fórum de São Gonçalo. Os magistrados, servidores do TJ-RJ e representantes do Ministério Público se revezaram na realização de audiências, com o propósito de converter 300 uniões estáveis em casamento. Segundo a juíza Márcia Alves Succi, organizadora do projeto na região, há um crescimento na demanda de casais em oficializar a sua união. Além dela, os juízes que presidiram as audiências

foram: Jussara Maria de Abreu Guimarães, Fabiano Reis dos Santos, Danielle Coutinho Cunha Gomes, Euclides de Lima Miranda, Adillar dos Santos Teixeira Pinto e Wladimir Hungria.

Em 25 de abril, a solenidade aconteceu em Magé. De forma inédita em eventos como esse, a cerimônia foi realizada por um casal de juízes: os magistrados Vitor Moreira Lima, da Vara Cível do Fórum regional de Vila Inhomirim, e Luciana Mocco Moreira Lima, da 2ª Vara Criminal de Bangu.



Juíza Márcia Alves Succi realiza o casamento do servidor Paulo Cesar

CNJ apresenta programa de execução fiscal aos juízes do TJ-RJ

Objetivo é apoiar juízes das Varas de Fazenda Pública para redução do acervo processual



Procuradores, magistrados e a juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça compuseram a mesa

Os juízes de Execução Fiscal do Tribunal de Justiça do Rio manifestaram interesse em aderir ao Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, desenvolvido pela Corregedoria Nacional de Justiça com o objetivo de reduzir a quantidade de processos de execução fiscal nos estados. A estimativa é de que 50% dos processos em curso no judiciário nacional são de execução fiscal, percentual que se repete nos estados. No Rio, existem de 600 a 700 mil processos somente na 12ª Vara de Fazenda Pública.

Em 27 de abril, os magistrados de Execução Fiscal do TJ-RJ estiveram reunidos com a juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Soníria Rocha Campos d'Assunção, que apresentou as metas atingidas com a implementação do programa na Vara de Execução Fiscal

do Distrito Federal e com a promoção da Conciliação Fiscal Integrada, que tem se repetido há quatro anos na capital. Com a presença do presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, e da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo, a reunião foi realizada no Auditório Desembargador José Navega Cretton.

O Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais visa dar apoio aos juízes das Varas da Fazenda Pública do Poder Judiciário estadual para que atinjam a redução do acervo de processos de execução fiscal. Conseqüentemente, a medida garante o aumento da arrecadação fiscal e o restabelecimento do crédito para o cidadão ou empresa que repactua as suas dívidas. Para a juíza Soníria Rocha Campos d'Assunção, o programa é uma demonstração de que a

Corregedoria não trabalha apenas com a parte disciplinar e punitiva.

A execução do programa depende da criatividade do juiz. “O programa é nacional, destinado aos juízes de todos os estados. O juiz enfrenta muitas deficiências e, se ele for esperar todos os recursos, pode ser que se aposente e não consiga resolver as suas dificuldades. Ele deve começar a trabalhar de forma proativa na solução do conflito fiscal”, acen- tuou a juíza da Corregedoria.

“A importância desse programa é capacitar os juízes da Fazenda Pública para a recuperação dos créditos fiscais. Devido a grande quantidade de processos, era muito difícil dar andamento a eles. Agora, essas técnicas de trabalho não só permitem a arrecadação, que é enorme para os municípios e o estado. Além disso, faz o resgate das dívidas daqueles que devem ao estado e aos municípios, como ainda diminui, paralelamente, o número de processos”, disse o desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho.

Participaram ainda da reunião o subprocurador-geral do estado, Rodrigo Mascarenhas; o procurador do município do Rio de Janeiro, Fernando Dionísio; os desembargadores do TJ-RJ Agostinho Teixeira de Almeida Filho e Camilo Ribeiro Ruliere; e o juiz auxiliar da Presidência Antonio Aurélio Abi-Ramia Duarte.

CURTAS

CNJ e MJ assinam acordos para combater o encarceramento provisório

Foram assinados, no dia 9 de abril, em Brasília, três acordos que buscam combater o excesso de encarceramento provisório no país. Os acordos, assinados pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, e pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, têm por objetivo incentivar a difusão do projeto Audiências de Custódia em todo o Brasil, o uso de medidas alternativas à prisão e a monitoração eletrônica. Segundo Lewandowski, o País tem hoje uma população carcerária de 600 mil presos, 40% deles ainda não julgados. “Nós não temos estabelecimentos prisionais adequados e suficientes para abrigar uma população de presos que cresce em escala geométrica”, afirmou.



José Eduardo Cardozo e Ricardo Lewandowski assinam Termo de Cooperação

Câmara aprova PEC da Bengala

Manobra do presidente da Casa permitiu a aprovação

Contrariando a opinião da maioria dos magistrados brasileiros, por 333 votos a 144, com 10 abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou no dia 5 de maio, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 457/05, do Senado, que aumenta de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos demais tribunais superiores. No caso dos outros servidores públicos, a aposentadoria compulsória aos 75 anos dependerá de uma lei complementar. O texto foi promulgado na mesma semana.

Os representantes das associações estaduais de magistrados, além do presidente da AMB, João Ricardo Costa, estiveram durante o dia conversando com todas as lideranças partidárias e deputados para convencê-los de que aprovação da PEC traria enormes prejuízos ao Judiciário. Para Costa, a emenda constitucional terá como consequência a criação



333 deputados votaram a favor da proposta, que prejudica a carreira

de “feudos” nos tribunais brasileiros, impedindo a oxigenação das cortes.

“O que está acontecendo aqui no Congresso é algo extremamente grave para o país, porque vai desestruturar o poder Judiciário nacional e impedir o avanço da democratização nas cortes. Isso vai manter cada vez mais nas cúpulas dos tribunais o pensamento conservador, que menos reflete as necessidades da sociedade brasileira. Nós não compreendemos essa postura”, afirma.

Fux suspendeu PEC estadual

Em 15 de abril, o ministro do STF Luiz Fux atendeu a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 5298 ajuizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a pedido da Amaerj. Na ocasião, o ministro concedeu liminar suspendendo o inciso VI, do art. 156, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que majorou a idade da aposentadoria compulsória dos magistrados para 75 anos.

CURTAS

Justiça cumpre 91% da meta de produtividade em 2014 e fica mais célere

O relatório de cumprimento das metas nacionais do Poder Judiciário, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça em 5 de maio, destaca o desempenho positivo dos tribunais na busca por produtividade e celeridade dos julgamentos. A Justiça cumpriu 91% da meta de produtividade ao julgar, em 2014, 18 milhões de proces-

sos. O objetivo era julgar mais processos do que a quantidade de ações que entraram no Judiciário no ano passado (19,7 milhões, aproximadamente). De acordo com o relatório elaborado pelo Departamento de Gestão Estratégica (DGE) do CNJ, o desempenho da Justiça no julgamento de processos, objetivo da chamada Meta 1, foi superior ao do ano an-

terior. Dos 90 tribunais, 44 cumpriram 100% ou mais, superando o que a meta estabelecia. O ramo que atingiu o melhor índice de cumprimento da meta foi a Justiça Eleitoral (114%). Três segmentos da Justiça demonstraram resultado superior a 90% na produtividade: Justiça do Trabalho (95%), Tribunais Superiores (94%) e Justiça Estadual (92%).

Brasil e mais 13 países assinam protocolo de segurança de magistrados

Brasil é um dos 14 países que assinaram o protocolo com medidas mínimas de segurança e proteção para magistrados que atuam na América Latina. O documento foi aprovado durante a 64ª Assembleia da Federação Latino-Americana de Magistrados (FLAM), realizada em abril, no México, após relatos dos juízes de que são alvos

constantes de ameaças e ataques. A AMB participou do evento. Além do Brasil, assinaram o documento: Argentina, Costa Rica, El Salvador, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Chile, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Porto Rico e Uruguai. São 11 itens que propõem ações de prevenção não só para os juízes como suas famílias. Somente no Brasil, mais de 200

magistrados estão sob escolta ou proteção. O protocolo propõe a adoção de penas mais severas em atentados contra juízes que estão no exercício da profissão. Prevê também a criação, reorganização e o fortalecimento de instituições encarregadas da proteção e segurança de magistrados e suas famílias e programas integrais que garantam a segurança e independência dos juízes.

Desembargadores lançam livros no Foyer do Tribunal

Marco Aurélio Bezerra e Siro Darlan abordam Direito Civil e Direitos da Criança

Nos dias 7 e 29 de abril, os desembargadores Marco Aurélio Bezerra de Mello e Siro Darlan lançaram, respectivamente, os livros “Curso de Direito Civil” e “A história da criança por seu Conselho de Direitos”, no Foyer do TJ-RJ.

Magistrados, juristas, familiares e amigos lotaram o Tribunal para participarem do lançamento da coleção de autoria do desembargador Marco Aurélio Bezerra, juntamente com o procurador de Justiça José Maria Leoni Lopes de Oliveira. O juiz Paulo Roberto Corrêa representou a Amaerj no evento.

A coleção, segundo o desembargador, apresenta uma visão mais humanista, linha de trabalho dos autores. “A preocupação é de um Direito Civil compatível com a solidariedade e a dignidade da pessoa humana com as garantias constitucionais”, afirmou.

Foram lançados cinco dos oito volumes da coleção (“Parte Geral”, “Direito das Obrigações e Atos Unilaterais”, “Tomo I – Direito dos Contratos”, “Responsabilidade Civil” e “Direito das Coisas”). O lançamento dos três últimos volumes (“Tomo II – Direito dos Contratos”, “Direito de Família” e “Direito das Sucessões”) está previsto para janeiro de 2016.

Direitos da Criança

Analisar a evolução do sistema de garantia de direitos da infância, no ano em que se comemora os 25 anos da Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse é o principal objetivo do livro de autoria do desembargador Siro Darlan e de Luis Fernando Romão, doutorando em Direito da Criança e do Adolescente. Para o magistrado, o lançamento do livro aproveita para reforçar seu posicionamento contrário à discussão no Congresso Nacional do projeto de redução da maioria penal.

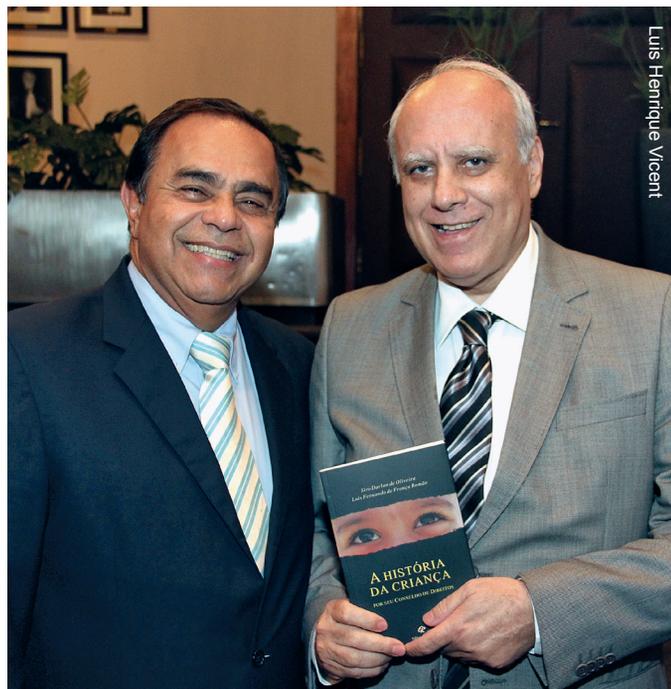
“Estamos lançando o livro em um ano especial, quando se comemora os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e também no ano em que serão feitas eleições unificadas em todo o Brasil para os conselhos tutelares. E, ao mesmo tempo, ele acontece como um contraponto a essa campanha de exclusão, através da redução da responsabilidade penal. O livro mostra que os caminhos de resolução dos conflitos sociais podem acontecer através do respeito aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, que são controlados e deliberados através dos conselhos de direitos”, avaliou.

Coautor da obra, Luis Fernando Romão explica que o livro foi escrito a partir de uma pesquisa feita no Conselho da Criança, de todas as atas e documentos. Ele revelou que foram lidas atas dos últimos 20 anos, quando foram selecionados os trechos, os discursos e os posicionamentos dos governadores desde Leonel Brizola até o atual governador.

“A gente verificou que foi se fortalecendo o espaço de participação da sociedade civil, através de organizações não



Juiz Paulo Roberto Corrêa, representando a Amaerj, com Marco Aurélio Bezerra



Desembargadores Siro Darlan e Luiz Fernando de Carvalho

governamentais, dentro do governo, participando das decisões. Avaliamos que os conselhos de direitos se fortaleceram. Mas identificamos as diversas tendências existentes em cada governo. Em um governo popular, tivemos um foco maior para as políticas públicas sociais. Na mudança para um governo não tão popular, observamos uma regressão nessas políticas públicas. Essas diferenças estão bem documentadas no livro”, disse Luis Fernando.

Amaerj conquista mais de 30 medalhas nos Jogos Nacionais

Evento da AMB, realizado em João Pessoa, teve mais de 500 juízes inscritos



Juíza Leila Santos Lopes conquistou 7 medalhas de ouro nos Jogos Nacionais, 6 delas na Nataçã

Magistrados de todo o Brasil participaram, entre 30 de abril e 3 de maio, dos VII Jogos Nacionais da Magistratura, promovidos pela AMB, em João Pessoa (PB). Os associados da Amaerj conquistaram 35 medalhas, com destaque para a juíza Leila Santos Lopes, que ganhou 7 medalhas de ouro. “O evento tem uma importância essencial para a confraternização dos magistrados, assim saímos do ambiente formal para um ambiente mais social, em que a prática de uma atividade física torna o evento mais saudável”, afirmou a magistrada.

O campeonato teve mais de 500 inscritos, entre magistrados e seus familiares, que disputaram medalhas em 13 modalidades: atletismo, nataçã, corrida rústica, sinuca, pebolim, tênis de mesa, xadrez, tiro esportivo, voleibol de areia, futevôlei, basquete, voleibol de quadra e futsal. Os atletas competiram, em algumas modalidades, em quatro categorias diferentes: livre (qualquer faixa etária); máster (a partir de 40 anos); sênior (a partir de 50 anos) e supersênior (a partir de 60 anos).

A delegaçã da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris) conquistou o primeiro lugar dos Jogos. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, também destacou o momento de congraçamento entre os magistrados. “É uma oportunidade em que os juízes dão uma pausa nas suas atividades, que são muito estressantes, para praticar esportes e incentivar a amizade e a solidariedade”.

A Amaerj ganhou 12 medalhas de ouro, 10 de prata e 13 de bronze. A Associação foi ao pódio nas modalidades Nataçã (18 vezes), Tiro Esportivo (5), Atletismo (4), Corrida rústica (4), Futevôlei (3) e Futsal (1).

VENCEDORES

OURO

Leila Santos Lopes (Nataçã - 100m Livre Feminino - Sênior)
 Leila Santos Lopes (Nataçã - 50m Peito Feminino - Sênior)
 Leila Santos Lopes (Nataçã - 50m Borboleta Feminino - Sênior)
 Leila Santos Lopes (Nataçã - 50m Costas Feminino - Sênior)
 Leila Santos Lopes (Nataçã - 50m Livre Feminino - Sênior)
 Leila Santos Lopes (Corrida rústica - 10Km Feminino - Sênior)
 Revezamento 4x50m Livre Feminino (Nataçã)
 Admara Falante Schneider (Tiro Esportivo - IPSC - Iniciante - Feminino)
 Admara Falante Schneider (Tiro Esportivo - Carabina - Feminino)
 Helena Dias Torres da Silva (Corrida rústica - 10Km Feminino - Master)
 Eduardo José da Silva Barbosa / Alvaro Luiz Carvalho Moreira (Futevôlei)
 Futsal Masculino

PRATA

Ana Carolina Gantois (Nataçã - 50m Borboleta Feminino - Livre)
 Ana Carolina Gantois (Nataçã - 50m Costas Feminino - Livre)
 Ana Carolina Gantois (Nataçã - 50m Livre Feminino - Livre)
 Marcelo de Queiroz Pimentel (Nataçã - 50m Peito Masculino - Sênior)
 Marcelo de Queiroz Pimentel (Nataçã - 50m Costas Masculino - Sênior)
 Lysia Maria Mesquita Amaral Figueira (Corrida rústica - 10Km Feminino - Sênior)
 Eduardo Barbosa (Atletismo - 200m Rasos Masculino - Master)
 Helena Dias da Silva (Atletismo - 400m Rasos Livre Feminino Final p/tempo)
 Ricardo Coimbra da Silva Starling Barcellos / Alexandre Pimentel Cruz (Futevôlei)
 Hindenburg Köhler Brasil Cabral Pinto da Silva (Tiro Esportivo - IPSC - Iniciante - Masculino)

BRONZE

Ana Carolina Gantois (Nataçã - 100m Livre Feminino - Livre)
 Ana Carolina Gantois (Nataçã - 50m Peito Feminino - Livre)
 Marcelo de Queiroz Pimentel (Nataçã - 100m Livre Masculino - Sênior)
 Marcelo de Queiroz Pimentel (Nataçã - 50m Livre Masculino - Sênior)
 Wycliffe Melo Couto (Nataçã - 100m Livre Masculino - Livre)
 Gabriel Stagi Hossmann (Nataçã - 50m Peito Masculino - Livre)
 Revezamento 4x50m Livre Masculino (Nataçã)
 Claudia Maria Oliveira Motta (Corrida rústica - 5Km Feminino - Sênior)
 Helena Dias Torres da Silva (Atletismo - 800m Feminino - Master)
 Helena Dias Torres da Silva (Atletismo - 1500m Rasos Feminino - Master)
 Admara Falante Schneider (Tiro Esportivo - Duelo 20 - Pistola - Feminino)
 Antônio Augusto Gonçalves Balieiro Diniz (Tiro Esportivo - Carabina - Masculino)
 Glauco Fernandes / Marcelo Silva (Futevôlei)

Fluxo Financeiro da AMAERJ - Demonstrativo de Acompanhamento Mensal - Ano 2015

Demonstrativo da AMAERJ

	Janeiro	Fevereiro	Março
Saldo Abertura (C/C + Aplicações)	644.157,32	701.987,98	700.805,45

Receitas da AMAERJ

Mensalidades de Associados / Dependentes	271.410,80	278.413,50	278.610,80
Taxa Administrativa Golden Cross	19.613,38	10.832,00	21.663,69
Taxa Administrativa de Seguros / Empréstimos	12.000,70	11.145,34	12.505,60
Subvenções Diversas	15.718,00	4.966,55	-
Reserva Colônia / Campestre	48.966,27	29.825,73	10.545,20
Receitas Financeiras / Rendimentos	63,52	79,36	266,08
Recebimento do Seguro de Vida	98.129,57	98.129,57	98.507,36
Recebimento de Empréstimos dos Associados	58.633,28	58.633,28	56.876,69
Receb. Do Plano 3G VIVO	4.775,90	4.707,05	4.707,05
Venda de Patrimônio	-	-	-
Conta de terceiros	6.479,55	6.479,55	6.536,40
Total de Receitas	535.790,97	503.211,93	490.218,87

Despesas da AMAERJ

Salários	70.729,38	68.682,89	83.540,24
Benefícios (Ass médica, alimentação, Transp)	27.704,65	32.481,53	36.390,54
Encargos (inss, fgts, pis)	35.277,48	35.678,81	35.459,19
Tarifas (água, luz, telefone, condomínio)	23.490,65	51.852,54	28.804,00
Consultorias/Serviços Prestados - PF / PJ	41.507,41	41.053,63	63.360,01
Eventos / Encontros / Confraternizações	23.338,84	33.101,00	50.618,98
Boletins, Jornais, Revista e Correios	2.693,85	173,20	10.563,14
Material de Escritório / Uso e Consumo	9.184,92	3.527,83	7.856,29
Manutenção e Conservação Bens	-	-	-
Despesas Bancárias	630,99	648,03	447,55
Despesas com Regionais e Subseções	44.600,43	52.059,63	41.171,11
Despesas Extraordinárias	6.571,65	2.560,43	2.269,43
Investimentos / Imobilizações	13.264,00	-	-
Impostos Diversos	2.857,80	6.775,37	2.402,19
Plano 3G VIVO	9.585,32	9.585,32	9.584,84
Repasso Seguro de Vida Magistrados	101.598,77	99.843,08	99.198,74
Repasso dos Empréstimos dos Associados	58.689,67	60.448,35	56.930,99
Repasso para conta de terceiros	6.234,50	5.922,82	6.603,13
Total de Despesas	477.960,31	504.394,46	535.200,37

Saldo Final (C/C + Aplicações)

Valores em Depósito para Repasse a terceiros	349.171,32	349.102,47	347.799,42
Saldo em Conta Corrente da AMAERJ	352.816,66	351.702,98	308.024,53

Demonstrativo do FAIM

Saldo Abertura (Aplicações)

Mensalidades "FAIM"	858.409,73	872.351,34	885.279,02
Despesas / Consultoria	6.234,50	5.922,82	6.603,13
Receitas Financeiras / Rendimentos	-	-	-
Saldo Final (Aplicações)	872.351,34	885.279,02	899.035,32

Demonstrativo do Fundo de Desportos

Saldo Abertura (C/C)

Mensalidades Desportos	3.218,64	3.252,36	3.427,08
Despesas	779,55	779,55	779,55
Despesa Bancária	683,43	542,43	650,89
Saldo Final (C/C)	62,40	62,40	62,40

Demonstrativo da AMAERJ - Doações

Saldo Abertura (C/C)

Doações Recebidas	576,78	576,78	576,78
Doações Realizadas	-	-	-
Transferência entre c/c	-	-	-
Saldo Final (C/C)	576,78	576,78	576,78

Demonstrativo da AMAERJ - Projeto Sonhar

Saldo Abertura (C/C)

Doações Recebidas	2.282,37	2.422,47	2.565,17
Doações Realizadas / Despesas	170,00	170,00	170,00
Saldo Final (C/C)	29,90	27,30	29,90

RS